

Je

Jornal do
Engenheiro

Pré-sal: hora da decisão

Discussão sobre como será aproveitada a oportunidade trazida pelas novas reservas de petróleo chega ao Congresso. Engenheiros apoiam destinação dos recursos ao avanço científico e tecnológico e defendem que a riqueza seja apropriada pelo povo brasileiro.

Página 5





DEMOCRACIA ALÉM DO VOTO

A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO das conferências temáticas previstas na Constituição como uma forma de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas é, sem dúvida alguma, um dos grandes avanços da democracia brasileira. Nesse contexto, é importantíssima a Conferência Nacional das Cidades, cuja quarta edição já está agendada para 24 a 28 de maio de 2010, em Brasília. Um longo exercício de negociação e debate, ela começa efetivamente ainda neste ano com a etapa municipal.

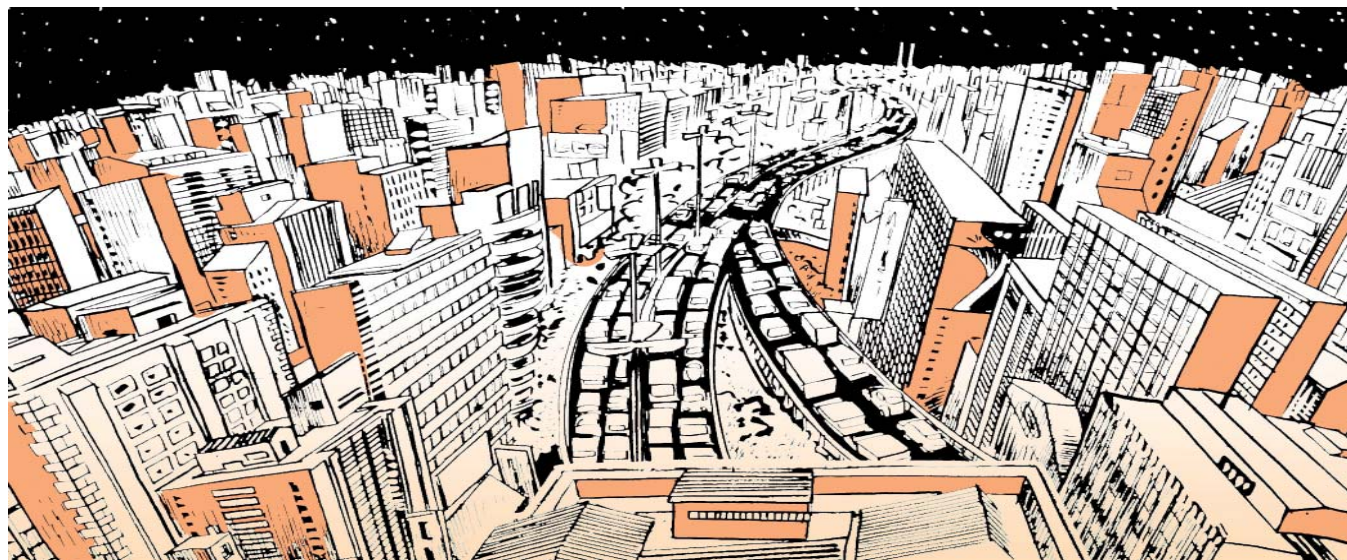
Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Sob o lema “Cidade para todos e todas com gestão democrática, participativa e controle social” e com o tema “Avanços, dificuldades e desafios na implementação da PNDU (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano)”, a conferência se propõe a discutir o que tem acontecido no País nesse âmbito, objeto de debate já em 2003, 2005 e 2007. Nessas oportunidades, a meta foi a busca da garantia da capacidade do Estado de formular e fazer a gestão de políticas públicas, buscando superar nossa histórica desigualdade social e atingir um desenvolvimento urbano com igualdade social, cultural, política e econômica. Desta vez, o objetivo é aferir os avanços

e resultados alcançados relativos à integração das políticas setoriais, às questões referentes aos conflitos fundiários urbanos, ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e notadamente à criação e consolidação dos conselhos estaduais e municipais das cidades. Para que se atinjam tais metas, será fundamental que haja grande mobilização e participação, para que o debate possa se dar de forma ampla e aberta entre os diversos segmentos da sociedade envolvidos. Comprometido com esse esforço, o SEESP, presente nessa discussão desde o início, já se organiza para contribuir com a realização dos encontros municipais e estadual. Parte do processo como

Conferência Nacional das Cidades é oportunidade para participação efetiva e contribuição para o desenvolvimento urbano.

representante dos trabalhadores, o Sindicato dos Engenheiros tem com essa questão uma forte relação, tendo em vista a própria atuação profissional da categoria. Além disso, a entidade historicamente defende o desenvolvimento urbano e promove debates sobre temas correlatos, como saneamento e meio ambiente, habitação e engenharia pública, transporte, trânsito e mobilidade. Incluídas no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – que ganha a segunda edição de seu manifesto no VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), a se realizar de 23 a 26 deste mês (veja na página 8) –, tais questões estão no topo das preocupações da entidade. Assim, a Conferência Nacional das Cidades apresenta-se como uma oportunidade ímpar para que o SEESP possa dar a sua contribuição e debatê-la com a sociedade.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Cyro Soares e Maurício Hermann. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 30 de setembro de 2009. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

A importância da acessibilidade

Aristides Galvão

AO SE DISCUTIR ESSE TEMA, fundamental à inclusão social, é necessário primeiramente chegar a uma definição correta do termo. Conforme a cartilha “Acessibilidade fácil, acesso para todos”, produzida pelo Crea-PE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco), e material da IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, realizada em 2008 pelo Senado Federal, pode-se dizer que se trata simplesmente de garantir acesso fácil a todos.

Grande parte da nossa população tem dificuldade ou limitação de locomoção temporária ou permanente. O espaço urbano ou rural, tradicionalmente, não é construído levando-se em conta as necessidades de idosos, obesos, mulheres grávidas, crianças, acidentados ou pessoas com deficiências diversas. Esses ficam assim isolados, sem ter contemplado seu direito básico de ir e vir.

Para garantir o respeito a esses cidadãos, foi necessário criar uma série de leis, como é o caso do art. 227, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que estabelece normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público, assim como à fabricação de veículos de transporte coletivo. Em 2000, foi promulgada a Lei nº 10.048, estabelecendo prioridade de atendimento à pessoa com deficiência em instituições financeiras e reserva de assentos em transportes coletivos. Seu art. 4º determina normas construtivas para prédios públicos para efeito de licenciamento das respectivas edificações. Pela regra, devem ter acesso fácil para uso desses locais pelas pessoas com deficiência. Já o art. 5º diz que deverá ser facilitado o acesso a veículos de transporte coletivo, sendo os proprietários desses responsáveis pelas adaptações necessárias.

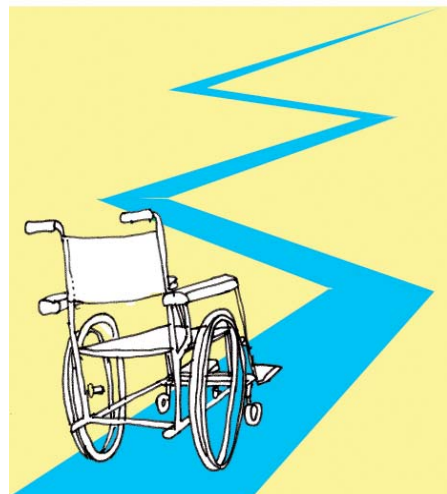
Em 19 de dezembro do mesmo ano, foi aprovada ainda a Lei nº 10.098, que amplia a acessibilidade aos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa inclui, entre outras, rampas de acesso, banheiros adaptados, sistemas sonoros nas páginas da Internet para atender às pessoas com deficiência visual, legenda oculta em aparelhos de televisão, intérprete de Libras (linguagem dos sinais) em emissoras de TV.

Fundamental para assegurar cidadania às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a regra está prevista em diversas legislações.

Há ainda a Lei Estadual nº 13.126, de 2001, que cria o “Programa de remoção de barreiras arquitetônicas: cidade para todos”, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada, que recebe incentivos fiscais para proceder às adequações necessárias. Estimula ainda a implantação de núcleos de informação sobre deficiência nos municípios, assim como a criação de associações que trabalhem no sentido de assegurar a cidadania às pessoas com deficiência.

Com se vê, o País já dispõe de amplo arcabouço legal sobre tema. Em que pese sempre ser possível aprimorar a legislação, é preciso principalmente e cada vez mais garantir o seu cumprimento.

Aristides Galvão é diretor da Delegacia Sindical do SEESP em Piracicaba



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?



Desenvolva seu produto ou serviço com o suporte do Estado de São Paulo.



Atendimento aqui:
(11) 9173-0651
(11) 3204-9000

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

EN A CASA DE UM DEPUTADO DE OPOSIÇÃO...





SEESP discute desenvolvimento de Bauru e região

Soraya Misleh

SOLUÇÃO PARA A DESTINAÇÃO de resíduos sólidos e geração de energia a partir do lixo, alternativas ao transporte urbano e viabilidade econômica para o aeroporto local foram os temas discutidos no 1º Seminário “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Edição Bauru e região”. Realizado pelo SEESP, através de sua delegacia na cidade, e pelo Conselho Tecnológico de Bauru, no dia 11 de setembro, na Unesp (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), campus de Bauru, reuniu ao longo do dia mais de 300 pessoas, em sua maioria estudantes.

À abertura, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do sindicato e da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), saudou os futuros profissionais e destacou a importância de sua participação nos rumos do País. Com esse mote, apresentou o amplo processo de discussão que culminou no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – o qual foi lançado pela FNE em 2006 e propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social. O seminário em Bauru integra o rol de iniciativas de descentralização das propostas reunidas nesse documento, de modo a garantir sua implementação e adequação em âmbito regional.

Coordenador do Conselho Tecnológico Estadual e vice-diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), José Roberto Cardoso enfatizou a importância de o País formar mais e melhores profissionais ao desenvolvimento que se avizinha. “A cada US\$ 1 milhão investido, cria-se um posto de engenheiro. O País forma 25 a 30 mil anualmente. Em três anos, vamos precisar de dez vezes mais.”

Entre os desafios que tais profissionais terão que fazer frente, inclusive no âmbito regional, está dar solução aos resíduos sólidos urbanos. Nesse sentido, proposta foi apresentada por Jair Wagner de Souza Manfrinato, vice-diretor da Faculdade de Engenharia da Unesp Bauru. A ideia é de formação de um consórcio intermunicipal, o qual já conta com a adesão de 46 cidades, que reúnem 1,220 milhão de habitantes. “No dia 25 de setembro, as prefeituras assinarão protocolo de intenções para viabilizá-lo.” A iniciativa inclui, segundo sua preleção, política de reciclagem – somente em Bauru, serão cinco a oito cooperativas, o que propiciará, além do aproveitamento de 30% do lixo urbano, inclusão social e geração de renda. Além disso, continuou Manfrinato, educação ambiental nas escolas públicas e privadas e criação de uma usina regional para receber as mais de 300 toneladas anuais de dejetos. A compostagem deve abranger a recuperação e reutilização de resíduos da construção civil à geração de energia. Conforme sua previsão, o investimento necessário à instalação da usina é de R\$ 250 milhões, mais do que em aterro sanitário, de R\$ 177 milhões. Todavia, este produz um passivo, enquanto a primeira gera receita aos municípios, ao garantir a reciclagem térmica do lixo e a consequente produção de energia. Ademais, destacou, “uma usina dessas contamina menos que um carro”.

Evolução

Adriana Felipetto, diretora da Novagerar, salientou: “Sair da condição de lixo e do aterro sanitário para as usinas de tratamento de resíduos e geração de energia limpa é uma evolução mundial e tem que acontecer no Brasil, mesmo que tardiamente. Aqui, cada um produz mais ou menos 1kg de lixo por dia.” Na sua concepção, a parceria com a iniciativa privada pode garantir a agilidade necessária a que esses projetos saiam do papel.

A pressa se justifica pelos dados apresentados por ela: de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da totalidade dos municípios brasileiros, 64% ainda utilizam lixões a céu aberto; 18% usam aterros controlados e 14%, sanitários. Não obstante reconheça que esses últimos não são o futuro, ela não acredita que devam ser descartados integralmente. “Vão ter que continuar a existir,

nem que seja para depositar cinza, rejeitos.” Para Felipetto, o melhor dos mundos é um sistema integrado para resíduo heterogêneo, que englobe diversas tecnologias de tratamento.

Transporte e logística

Colocando o que denominou de “olhar estrangeiro” sobre a região, Affonso de Vergueiro Lobo Filho, sócio-diretor da Opus Oficina de Projetos Urbanos, observou que em Bauru o problema não difere do restante do País: “É trânsito.” Na sua concepção, a solução é priorizar o transporte coletivo. “Hoje se constroi apartamento de três dormitórios com 180m² e três vagas na garagem que ocupam 75m².” Conforme ele, somente para guardar os automóveis, uma família estaria dispondo de 15 metros quadrados

Entre os temas, a destinação adequada de resíduos sólidos e a priorização dos coletivos.

a mais que um ônibus de porte no viário, o qual pode transportar 100 pessoas. Como mudar isso? Uma das alternativas, apresentada por Lobo, é implantar corredores exclusivos de ônibus ou VLTs no canteiro central das avenidas com pontos de parada e faixas preferenciais de ultrapassagem à esquerda. Em Bauru, o especialista acredita que a solução é viável.

Para assegurar ganho de tempo e velocidade aos coletivos em corredores exclusivos, Lobo propõe o que chama de “mergulhinho”, um pequeno desnível em pontos estratégicos em que seria possível retirar semáforos e desviar automóveis naquele cruzamento para passagens subterrâneas de baixa altura, nas quais somente seria possível o trânsito de carros de passeio.

Também no seminário, o consultor Dario Rais Lopes salientou a viabilidade econômica e o potencial do Aeroporto de Bauru. Esse tem “um relacionamento com o urbano invejável, infraestrutura e terminal razoáveis. Precisa implantar equipamentos para melhorar a proteção ao voo e fazer frente ao desafio mercadológico. Assim, pode saltar dos atuais 40 mil passageiros para 200 mil”.



Paulo Grava (Crea-SP), Luiz Pagani (SEESP Bauru), Cardoso, Pinheiro, Veríssimo Barbeiro (Cons. Tecnológico), vereador José Segalla e o secretário de Desenvolvimento Econômico de Bauru, Nico Mondelli.

PRÉ-SAL, *uma grande oportunidade* PARA O PAÍS

Soraya Misleh

O ANÚNCIO em Brasília, no dia 31 de agosto último, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, das regras para o pré-sal não deixa dúvidas de que o País está diante de uma grande oportunidade. Essa é a constatação feita pelo presidente do SEESP e da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), Murilo Celso de Campos Pinheiro, presente à iniciativa, juntamente com outros membros da diretoria do sindicato. A FNE incluirá o tema em documento a ser apresentado em seu VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), a se realizar entre os dias 23 e 26 deste mês (*veja na página 8*).

Se o Brasil vai bem aproveitar ou não essa oportunidade, dependerá de como a questão venha a ser conduzida no Legislativo Federal. O Executivo encaminhou à Câmara dos Deputados os quatro projetos que apresentam o chamado marco regulatório do pré-sal e áreas estratégicas. Esses incluem a adoção do modelo de contrato de partilha para a exploração na nova fronteira, em lugar de concessão; a criação de uma empresa, a Petro-sal, para seu gerenciamento; a instituição de um fundo social para destinação de recursos do petróleo oriundo do pré-sal a atividades prioritárias, tais como o combate à pobreza, a educação de qualidade e a inovação científica e tecnológica; e a capitalização inicial da Petrobras com cessão onerosa pela União de até 5 bilhões de barris de óleo equivalente, cujo valor será definido por avaliação independente.

Fernando Siqueira, presidente da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras), enxerga nesse pacote pontos positivos e negativos. Um dos aspectos favoráveis é a mudança do contrato para regime que não o de concessão. Esse último estava previsto na Lei nº 9.478, em seu artigo 26, sob o argumento de que era necessário incentivar as empresas estrangeiras a virem ao Brasil procurar novas áreas, “correndo altos riscos e com perspectivas de baixo retorno”. Sem entrar no mérito da alegação em si, Siqueira destaca que “no pré-sal não tem nada disso. A Petrobras pesquisou durante 30 anos, achou a província, furou 13 poços e encontrou petróleo nos 13, em blocos diferentes. Portanto, o risco é praticamente zero e o retorno, elevadíssimo. Só o campo de Tupi tem 8 bilhões de barris e o primeiro poço está produzindo 15 mil por dia”. Assim, conforme complementa ele, ao propor contrato de partilha e com isso retomar o controle da União sobre o petróleo, como previsto na Constituição Federal, em seu artigo 177, o Governo dá “um passo muito grande na direção

da modernidade e da defesa da soberania nacional”. Também é auspicioso, para o presidente da Aepet, entregar a operação dos blocos à Petrobras. “Vai ter oportunidade de gerar empregos, adquirir serviços e equipamentos, desenvolver mais tecnologia e o parque industrial brasileiro.” Ademais, na sua concepção, isso garantirá que seja estabelecido o ritmo estratégico desejado pelo Governo para atender o interesse nacional. Por último, ele considera positiva a criação do fundo social.

Por outro lado, Siqueira não vê com bons olhos a continuidade dos leilões e a manutenção da reduzida parte destinada ao Governo, entre zero e 40%, conforme quem der mais. “Achamos que o projeto deveria fixar em pelo menos 80% a participação mínima a ser dada à União, porque é seu o petróleo.” A ele também preocupa a forma de capitalização da Petrobras. Alternativa, segundo sua visão, seria fazê-la utilizando não barris de petróleo como referência, mas montante oriundo das reservas do Tesouro Nacional, as quais poderiam ser recompostas com os recursos advindos do pré-sal.

Caminho correto

Embora o Governo pudesse ter dado um passo ainda maior, para Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), as medidas propostas vão na direção certa. “São movidas pelo interesse nacional. Seguem o caminho correto de maior controle do Estado sobre a produção do petróleo, ainda que haja parcerias privadas e internacionais.” Sobre o fundo social, Pinguelli considera que o recurso ali alocado deveria contemplar também as energias alternativas. “Deve estar em primeiro lugar obviamente a diminuição da pobreza, mas acho que uma parte poderia ser

destinada a programas de redução de emissões de gases de efeito estufa.” Ele pondera: “Os que dizem que os fundos são desviados para outras finalidades têm certa razão, mas isso não elimina sua necessidade, e sim indica que têm que ter uma gestão rigorosa.” Quanto à distribuição dos royalties, o diretor da Coppe enfatiza: deve atender todo o País, mas ser feita com critérios. “Os municípios contíguos à área de exploração do mar devem ter parcela maior, porque há impactos socioambientais, nas áreas urbanas e vizinhas, nessa produção e também futuros, quando as reservas se esgotarem.”

Na ótica do engenheiro de petróleo e consultor Newton Reis Monteiro, a instituição de regras para o pré-sal é precipitada, já que ainda há muitas incertezas quanto à nova fronteira petrolífera. Pinguelli discorda, lembrando que toda tecnologia envolve riscos, mas “existe também uma margem de certeza”. Ele destaca: “Há um problema ambiental, que é uma quantidade de emissão de dióxido de carbono muito grande na área do pré-sal. Espero que a Petrobras dê uma solução de reinjeção de CO² para que ele não vá para a atmosfera.” Siqueira compartilha desse pensamento e acredita que questões como essa são absolutamente contornáveis, portanto, não são impeditivas.

Para Pinheiro, a expectativa é que essa grande chance ao País seja utilizada ao seu desenvolvimento tecnológico e que “as riquezas advindas do recurso natural sejam apropriadas de fato pelo povo brasileiro. Assim, de modo geral, os projetos estão corretos e obviamente é importante que seja travada a discussão de maneira ampla e democrática, mas que a decisão não seja adiada, correndo-se o risco de perder a oportunidade”.

Nova fronteira petrolífera deve ser utilizada ao desenvolvimento tecnológico nacional e os resultados, apropriados pelos brasileiros.



Rita Casaro



Lula anuncia, em cerimônia na Capital Federal, regras para o pré-sal. No destaque, Murilo Pinheiro, presente à solenidade.



VALORIZAR OS ENGENHEIROS DA PREFEITURA

Lucélia Barbosa

ESSA FOI A REIVINDICAÇÃO BÁSICA da pauta aprovada na reunião realizada em 26 de agosto, na sede do SEESP, que contou com a participação de 215 profissionais da administração municipal de São Paulo. Para assegurar que seja atendida, pleiteia-se o aumento salarial, hoje abaixo da média de mercado e dos demais órgãos públicos estaduais e federais, mas também a melhoria dos serviços em engenharia, arquitetura e urbanismo da Prefeitura, considerados críticos por um estudo da Câmara dos Vereadores.

Conforme explica Clayton Claro da Costa, integrante do núcleo de engenheiros e arquitetos municipais, a exigência é também por modernização nos serviços prestados e reconhecimento da importância dos profissionais na solução dos inúmeros problemas da cidade. “Não queremos simplesmente um aumento, mas uma reorganização da carreira que defina e separe a função do engenheiro e do arquiteto, além de melhores condições de trabalho.” Segundo ele, hoje a categoria está alocada numa carreira que engloba vários tipos de profissionais, como sociólogos,

bibliotecários e tecnólogos. Costa defende a criação de uma nova, que seja reconhecida como de Estado. Dessa forma, explica, a atividade seria voltada ao exercício da autoridade pública, na qual os agentes seriam vinculados ao núcleo estratégico do Governo, em que se definem leis, políticas públicas, decisões estratégicas e é feita a cobrança do seu cumprimento.

A modernização dos serviços de desenvolvimento urbano é mais uma reivindicação do grupo. “Pretendemos também propiciar o aperfeiçoamento da legislação, melhorar a qualidade nos serviços prestados aos contribuintes e criar uma comissão de caráter permanente para atuar na elaboração de estratégias de modernização da produtividade técnica, acompanhamento da implantação de projetos e demais assuntos pertinentes.”

Outro objetivo é a composição de uma Coordenadoria Municipal de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo que será responsável por correções e aprimoramentos, identificando carência ou desequilíbrios na distribuição dos profissionais, propositura de concursos públicos para essas carreiras, definição de critérios para capacitação profissional, determinação de metas de resultado e gratificação de produtividade em desenvolvimento urbano. Essa seria incorporada à composição dos vencimentos, com uma nova tabela para o salário-base com valores equivalentes ao da atual carreira de especialistas em desenvolvimento urbano e gratificação por desempenho de atividade já existente na Lei nº 14.600/07. Conforme Costa, a pauta não descarta eventuais conquistas já alcançadas, nem os instrumentos em vigor.

A iniciativa de procurar o SEESP aconteceu em julho último, quando foi realizada a primeira reunião de negociação. “Fomos muito bem rece-

bidos e acolhidos pelo Sindicato dos Engenheiros, que entendeu e apoiou as nossas reivindicações. Tenho certeza que vamos atingir as metas porque a entidade é classista, possui experiência no mercado de trabalho e pensa na categoria”, afirma Costa.

Espírito coletivo

Para o vice-presidente da entidade, Celso Atienza, é preciso ressaltar a importância da unidade do grupo para que a luta tenha sucesso. “Vamos oferecer estrutura para que os engenheiros e arquitetos da Prefeitura possam trabalhar. Vale lembrar que a nossa atuação só terá êxito se houver dedicação e espírito coletivo.” Na opinião de Costa, é o que não faltará. “Por enquanto mobilizamos 215 profissionais, mas vamos trabalhar para que esse número cresça e assim garantirmos a representatividade da nossa categoria através do SEESP.” Atualmente, a Prefeitura tem cerca de 850 profissionais da área na ativa.

A pauta aprovada será encaminhada ao prefeito Gilberto Kassab pelo presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro, responsável pela negociação junto à administração. Otimista de que o parecer será favorável, o núcleo já se organiza para formação de uma comissão que será responsável pela redação do projeto de lei. “Qualquer tipo de reestruturação de carreira do funcionalismo público só acontece através de leis de iniciativa do Executivo. Conhecemos a matéria e estamos preparados. Basta agora o Governo ter boa vontade para que até o final do ano possamos formatar uma nova carreira que traga benefícios para todos os engenheiros e arquitetos municipais”, aposta Costa.



Fotos: Beatriz Arruda

Atienza (SEESP), Costa, Ernesto Palha, José Francisco Jannarelli e Claudio de Campos, do núcleo de engenheiros e arquitetos. No destaque, profissionais lotam auditório durante reunião.

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP: 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12400-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seesp@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 2022-2062 – E-mail: seesp@uol.com.br. **MOGI DAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidascruzes@seesp.org.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesp@hot.com.br. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesp@taubate@vivax.com.br.

Novidades Novidades Novidades Novidades Novidades Novidades Novidades

Cheque Teatro

Assistir espetáculos com um ou mais acompanhantes, sendo o ingresso do titular gratuito e os demais com até 50% de desconto, é possível através do Cheque Teatro. Basta adquirir um talão com 12 vales de teatro ao portador, com várias opções de peças em cartaz na Capital, pelo preço de R\$ 70,00. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2664. Programação no *site* www.chequeteatro.com.br.

Serviços turísticos

Pacotes aéreos, locações de carros e hotéis estão ao alcance dos associados, com 5% de desconto, através da Cantatur Viagens e Turismo. Além disso, oferece cruzeiros marítimos pela costa brasileira de quatro noites, nos meses de outubro, novembro e dezembro, pelo preço promocional de R\$ 549,00, em dez vezes sem juros, mais taxas e gorjetas. Fica na Rua Icem, 16, Tatuapé, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 2163-1150, *e-mail* travel@cantatur.com.br e no *site* www.cantatur.com.br.

Agência de viagens e eventos

Roteiros completos nacionais e internacionais, com seguro viagem, reserva de hotel e pousada, locação de veículos, passagens aéreas e assessoria de eventos estão entre os produtos e serviços turísticos oferecidos pela Politravel Turismos e Eventos. Localiza-se na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1.412, conjunto 1, Butantã, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 3722-2268, *e-mail* vendas@politravel.com.br e no *site* www.politravel.com.br. Descontos de 5% a 15%.

Brincadeiras à criança

- Hopi Hari – Ingresso para Hora de Horror, até 18 de outubro, pelo preço de R\$ 44,90 (criança e adulto), www.hopihari.com.br.
- Playcenter – Passaporte para Noites do Terror, até 4 de outubro, por R\$ 22,00 (criança) e R\$ 41,00 (adulto), www.playcenter.com.br.

Cursos na IBE-FGV

Pós-graduação *lato sensu* e MBA na IBE-FGV (Fundação Getúlio Vargas) nas unidades de Campinas, Jundiaí, Limeira e Piracicaba. Mais informações pelo telefone (11) 4583-8300, *e-mail* info@ibefgv.com.br e no *site* www.ibefgv.com.br. Descontos de 15% e 20% (esse apenas nos cursos de MBA no segundo semestre de 2009).

Estude inglês em Rio Claro

Aulas particulares do idioma podem ser feitas com o professor Tom Simões. Aulas para turmas com apenas três alunos pela manhã, também aos sábados, tarde ou noite. Desconto de 40% com material didático incluído no valor do curso. Fica na Avenida 2, 118, sala 2, no Centro. Mais informações pelos telefones (19) 3597-4464 e 8155-7345.

Psicoterapia em Santos

A psicóloga Rafaela Cid Perez Verndl Grilo oferece seus serviços aos associados com 50% de desconto. As terapias ocorrem na Avenida Ana Costa, 466, conjuntos 211 e 212, Gonzaga. Mais informações pelo telefone (13) 3289-2809 e *e-mail* rafaelacid@uol.com.br.

Serviços de ótica

Adquira armações, lentes corretivas e de contato e óculos de sol na Ótica Classe A. Atende em dois endereços, na Capital: Avenida Padre Arlindo Vieira, 1.500 B, Vila das Mercês; Rua Monsenhor Pio Ragazinskas, 23, Vila Zelina. Mais informações pelos telefones (11) 2947-6426, (11) 2084-5273 e *e-mail* comercial.classea@superig.com.br. Descontos de 20% (nos pagamentos a vista) e 10% (a prazo).

Atenção à visão

Com 50% de desconto é possível consultar-se na Clínica de Olhos São Pedro. Realiza exames de refração, fundo de olho, retinoscopia, pressão ocular e outros. Na Capital, atende na Rua Manaias, 271, Vila Zelina, e na Avenida Padre Arlindo Vieira, 1.500, Vila das Mercês. Mais informações pelos telefones (11) 2867-7022 e 2969-5373.

Opções em saúde e segurança

COM O OBJETIVO de trazer novos benefícios aos seus associados e dependentes, o SEESP, em conjunto com a Semmler Seguros, sua corretora parceira, amplia o seu *portfólio* de produtos, oferecidos pelas melhores companhias.

Destacam-se entre as seguradoras Porto Seguro, Maritima, Sul América, Liberty e Allianz, bem como as operadoras de saúde Medial, Amil, Dix, Lincx, Unimed e Mondial Travel, além da prestadora de serviços Travel. Isso, inquestionavelmente, possibilita colocar ao alcance dos profissionais filiados à entidade produtos e serviços de primeira linha.

A Semmler conta também com uma equipe de profissionais rigorosamente selecionados, treinados e aptos para atuar em todos os ramos de seguros e benefícios.

Como estratégia, oferece produtos de acordo com as necessidades de cada cliente, como planos de saúde por adesão; de saúde empresarial para pequenas e médias companhias, com contratação a partir de cinco vidas; e também seguros de automóvel; residencial; de vida individual e em grupo; patrimonial empresarial; para *notebook* e *palmtop* e de viagem (nacional e internacional).

Aproveite e agende seu seguro através do *site* www.semmler.com.br/seesp/seguro.php. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2636 e 3511-3170.

Convênio com a Semmler oferece seguros de saúde, de vida, residencial e de automóvel, além de equipamentos de informática.

informe publicitário

Como recuperar o IR sobre férias vendidas

Os engenheiros que por ocasião da extinção do contrato de trabalho, aposentadoria, planos de demissão voluntária (PDV) ou mesmo os que venderam dez dias de suas férias e tiveram que pagar Imposto de Renda sobre as indenizações devem ter o tributo de volta.

Recupere perdas relativas aos Planos Collor I e II

As pessoas que possuíam poupança no período de março a junho de 1990 e janeiro e fevereiro de 1991 têm direito à devolução da diferença, mesmo que a conta tenha sido encerrada ou o banco tenha sido incorporado por outro. O prazo se encerra em dezembro de 2009.

Desaposentação: troca por melhor benefício previdenciário

A finalidade é permitir que o segurado venha a obter uma remuneração melhor que a atual, nas situações em que tenha efetuado contribuições posteriores à aposentadoria ou quando pretender a mudança de regime previdenciário.

NORONHA GUSTAVO ADVOGADOS

Dr. Anderson, Dr. Sandro e Dr. Júlio
R. Santo Amaro, 71 - sala 14 B - Bela Vista, São Paulo/SP
Tels.: (11) 3101-2887 / (19) 3295-3573 - *E-mail*: advogados@noronhagustavo.adv.br

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado.

Consulte relação completa no *site* www.seesp.org.br



Engenheiros realizam congresso em São Paulo

Em sua sétima edição, o Consee (Congresso Nacional dos Engenheiros) acontece entre 23 e 26 de setembro, no Novotel São Paulo Center Norte (Av. Zaki Narchi, 500, Vila Guilherme), na Capital paulista. Realizado a cada três anos pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), nesta versão terá como tema “Cresce Brasil + Engenharia + De-

senvolvimento e a superação da crise”. Em pauta, a necessidade de manter a retomada da atividade econômica e a geração de empregos, sobretudo diante da crise global. Ainda durante o VII Consee, o SEESP celebrará seus 75 anos de existência, em cerimônia no dia 25, a partir das 19h. A programação completa está disponível no *site* www.fne.org.br.



Reconhecimento a Almino Affonso



O homenageado, Almino Affonso (2º da esquerda para a direita), durante café da manhã com os dirigentes do SEESP.

Autor do projeto que deu origem à Lei nº 4.950-A/66, relativa ao salário mínimo profissional dos engenheiros, o advogado e ex-parlamentar Almino Affonso foi homenageado pelo SEESP em café da manhã realizado no dia 9 de setembro, em sua sede na Capital paulista. Com 80 anos de idade e uma longa carreira na vida pública, na ocasião ele lembrou sua trajetória e destacou a im-

portância dos engenheiros ao desenvolvimento do País e de sua valorização. Nascido em Humaitá, no Amazonas, foi ministro do Trabalho e Previdência Social do Governo João Goulart entre janeiro e junho de 1963, sendo cassado pelo golpe militar de 1964. Viveu no exílio durante 12 anos, retornando ao Brasil em 1976. Entre os cargos que assumiu ao voltar ao País, o de vice-governador entre 1987 e 1991.

Diretor do SEESP no conselho de meio ambiente de Campinas

O engenheiro Jorge Joel de Faria Souza, diretor da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas, foi eleito em 28 de agosto último conselheiro titular do Comdema (Conselho Municipal de Meio Ambiente), no segmento técnico-profissional, para o exercício 2009-2011.



Oportunidades

Segundo levantamento feito até dia 15 de setembro, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de vagas para engenheiros nas seguintes modalidades e quantidades assinaladas: civil (12), aeronáutica, metalúrgica, clínica, minas, elétrica e eletrônica (uma cada). Para se cadastrar e inserir seu currículo, acesse o *site* www.seesp.org.br, link Oportunidade Profissional. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2666.

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!
(11) 9173-0651
(11) 3284-9880



Sede própria em São José dos Campos

A exemplo do que já ocorreu em Lins, Presidente Prudente e Bauri, o SEESP adquiriu sede própria também em São José dos Campos. A escritura foi assinada em julho último e em breve ocorrerá inauguração oficial. A iniciativa integra política da entidade visando melhor atender os engenheiros em todo o Estado. O espaço ocupa área de 60m², que inclui recepção, salas de diretoria, secretaria e reunião. Em excelente localização, a nova sede fica na região central do município. O endereço é Rua Paulo Setúbal, 147, sala 31, Jardim São Dimas.



Murilo Pinheiro, presidente estadual do SEESP, no ato de assinatura da escritura, ladeado à esquerda por Odair Buccì, presidente da delegacia do sindicato.

Plano diretor estratégico e mobilidade

Esse é o tema de seminário que o SEESP realiza, por intermédio do Comitê Temático “Cidade em Movimento” do seu Conselho Tecnológico, no próximo dia 22 de setembro, das 19h às 22h, em seu auditório na Capital paulista. O objetivo é promover o debate sobre o tema junto à comunidade técnica para que tal culmine em propostas a serem encaminhadas aos poderes legislativos local e federal. Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3113-2641 ou *e-mail* sindical@seesp.org.br.

UFABC terá novo campus no ABC

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou no dia 25 de agosto último a pedra fundamental do novo campus da UFABC (Universidade Federal do ABC), em São Bernardo do Campo, em construção. A diretoria da delegacia do SEESP na região prestigiou a iniciativa.

Sidney Beraldo é homenageado no SEESP

Em cerimônia realizada na sede dessa entidade, na Capital, no dia 2 de setembro, a Associação dos Engenheiros Estatutários de São Paulo homenageou o secretário estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo, entregando-lhe um diploma de reconhecimento pelo apoio e dedicação na luta pelo piso profissional travada pelos estatutários. O secretário agradeceu a oportunidade e elogiou a atuação do presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, dizendo que os engenheiros têm papel fundamental no desenvolvimento econômico do País. Ainda na ocasião, o vice-presidente do sindicato, João Paulo



Pinheiro, Beraldo, Dutra e Paulo Costantini, presidente da associação dos estatutários, durante a solenidade.

Dutra, passou às mãos de Beraldo um documento que pede o realinhamento dos salários dos engenheiros aposentados da ex-Fepasa, há dois anos

sem reajuste. O secretário prometeu analisá-lo e em breve chamar reunião específica com os representantes dessa categoria para tratar da questão.